



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Deputado Mendes Bota

No passado dia 8 de novembro de 2012, já no âmbito da discussão da proposta de Orçamento de Estado para 2013 e na sequência de um requerimento apresentado pelo Partido Socialista, procedeu-se à audição do Conselho de Administração da Lusa no sentido de conhecer a sua posição face ao OE2013 e as possíveis alternativas ao modelo apresentado pelo Governo.

À data, o Presidente do Conselho de Administração desta Agência Noticiosa afirmou que, a confirmar-se o corte de 30% no financiamento, sempre se garantiria a manutenção da qualidade do serviço prestado, mas a eventual manutenção dos postos de trabalho apenas se efetivaria com uma drástica redução salarial que, ainda assim, poderia não ser suficiente.

No demais, considerou que só poderiam avançar com dados mais concretos após a celebração do novo contrato com o Governo e com a disponibilização da verba afeta à sua atividade.

Entretanto, através do Comunicado do Conselho de Ministros do passado dia 21 de dezembro, foi conhecida a aprovação de uma “resolução que autoriza a celebração de um contrato de prestação de serviço noticioso e informativo entre o Estado Português e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. para o triénio 2013-2015, estabilizando as condições necessárias ao bom funcionamento da Agência”, sendo consequentemente “autorizada a realização da despesa com a indemnização compensatória correspondente a este contrato, no montante global de 32,1 milhões de euros.”

Face à libertação desta verba e à necessária reestruturação da Lusa para 2013, mostra-se indispensável conhecer das efetivas alterações no seio desta Agência Noticiosa bem como das repercussões da diminuição da indemnização compensatória a nível editorial e dos recursos humanos.



Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem propor a V. Exa. a realização de uma audição ao Conselho de Administração da Agencia Noticiosa Lusa, por forma a prestar os devidos esclarecimentos sobre a forma como se irá processar a sua atividade no triénio 2013-2015.

Assembleia da República, 10 de janeiro de 2013

Os Deputados: